



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Gestão

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

1.1 Aquisição de aparelhos micro-ondas para as dependências da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com as condições e especificações constantes no presente Termo de Referência.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 A presente contratação tem por finalidade atender à demanda desta Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro em relação ao Edifício-Sede e Centro Cultural da PGE-RJ, localizados no Centro da cidade do Rio de Janeiro, e Procuradorias Regionais, quanto à aquisição dos itens em tela, uma vez que, devido à sua utilização constante, acabam por ter uma vida útil restrita, ainda que passíveis de manutenção eventual.

2.2 Os materiais serão alocados conforme tabela do Anexo II.

3 – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1 Poderão ser aceitos pela CONTRATANTE componentes similares ou superiores àqueles descritos na especificação que segue abaixo:

| Item | ID | Especificação | Fornecimento | Quantid. |
|------|----|---------------|--------------|----------|
|------|----|---------------|--------------|----------|

| Item | ID | Especificação | Fornecimento | Quantid. |
|------|-------|---|--------------|----------|
| 1 | 57168 | <p>Forno Micro-ondas. Funções Básicas: DESCONGELAMENTO AUTOMATICO, TIMER SONORO, TRAVA SEGURANCA, Capacidade: 30 l, Potência: N/D, Tensão: 127 V, Acabamento: BRANCO</p> <p><u>Observação:</u> (1) Garantia 12 (doze) meses após o Recebimento Definitivo (2) Assistência técnica autorizada (apresentar listagem contendo endereços na cidade do Rio de Janeiro)</p> <p>Havendo divergências entre as informações do SIGA e do Termo de Referência, os dados constantes no Termo devem prevalecer.</p> | Unidade | 24 |

3.2 O catálogo do objeto com as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, como manual de operação e número de telefone da assistência técnica, deverão ser encaminhados junto com a proposta.

4– DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA:

4.1 A Entrega do Objeto deverá ser realizada em parcela única, após a Autorização de Fornecimento de Material expedida pelo setor de Assessoria de Bens Patrimoniais e Almoxarifado desta PGE/RJ.

4.2 O prazo de entrega será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

4.3 Os itens deverão ser entregues no Edifício-Sede da PGE-RJ, situado à rua do Carmo, nº 27 - Centro, CEP 20011-020, sendo necessário **prévio agendamento** com, no mínimo, **2 (dois) dias úteis de antecedência**, informando veículo, placa e condutor que fará a entrega.

4.4 A entrega deverá ser agendada diretamente com a Coordenadoria de Almoxarifado **da PGE-RJ** pelo telefone (21) 2332-0834 ou 2332-9300, ou pelo e-mail almoxarifado@pge.rj.gov.br.

4.5 O horário de entrega é de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 10h às 16h, salvo acordo mútuo entre Contratada e Contratante.

4.6 Os prazos de entrega admitem prorrogação a critério da Contratante, mantidas as demais obrigações previstas no Edital, desde que ocorra algum dos motivos previstos no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

4.7 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Superior da PGE-RJ, devendo a solicitação ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado até 05 (cinco)

dias úteis anteriores ao vencimento do prazo de entrega estipulado.

5 – DO RECEBIMENTO:

5.1 O processo de recebimento do objeto será regido de acordo com a seguinte sequência, na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93.

5.2 O Recebimento Provisório deverá ser realizado no momento da entrega, no local indicado no subitem 4.3, onde será observada a quantidade e as especificações mínimas do material.

5.3 A simples assinatura (com carimbo) do servidor em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte implica apenas no Recebimento Provisório.

5.4 O Recebimento Definitivo será realizado em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do Recebimento Provisório.

5.5 O Recebimento Definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade dos materiais, que devem atender às especificações mínimas ou superiores às exigidas no item 3.1.

5.6 Caso seja observada qualquer desconformidade do objeto com as especificações e quantidades constantes do subitem 3.1 durante o período do Recebimento Definitivo, a Contratada será comunicada por escrito.

5.7 Em até 05 (cinco) dias úteis, deverá a Contratada efetuar a troca do objeto entregue em desconformidade, responsabilizando-se pelos custos de transporte, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.8 A comunicação de desconformidade do objeto interrompe a contagem do prazo de Recebimento Definitivo, que, após troca do objeto, retoma sua contagem de até 10 (dez) dias úteis.

5.9 A Contratada deverá responder às solicitações de esclarecimentos da Comissão de Recebimento de matéria que porventura ocorrerem.

5.10 Caso a substituição do objeto não ocorra no prazo estipulado ou o novo produto também seja rejeitado, a Contratada estará incorrendo em atraso na entrega, estando sujeita à aplicação de penalidades.

5.11 Os custos da substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente à conta da Contratada.

5.12 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material.

5.13 O recebimento definitivo dos produtos não desobriga a Contratada de substituí-los se for constatada, posteriormente, má qualidade, vícios ou defeito, ficando sujeita às penalidades previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

6 – DA GARANTIA DO PRODUTO:

6.1 Os equipamentos a serem adquiridos deverão possuir o prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do Recebimento Definitivo pela Procuradoria Geral do Estado, devendo a contratada responder aos chamados para regularização de qualquer defeito em até 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à comunicação do defeito.

6.2 Durante o período de garantia, na hipótese dos equipamentos apresentarem defeitos, não atribuídos ao uso inadequado, caberá ao fornecedor a sua reposição sem ônus para PGE.

6.3 O item substituto deverá ser equivalente ou superior ao defeituoso, e deverá atender plenamente aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.

6.4 O prazo para atendimento da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados do comunicado oficial por e-mail de defeito e/ou vício do objeto.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A CONTRATADA deverá:

- 7.1.1** Proceder à entrega dos equipamentos nos quantitativos e nas especificações constantes do item 3.1 do presente Termo de Referência no endereço apontado no item 4.3, acompanhado de manuais técnicos e/ou de operação, redigidos em língua portuguesa;
- 7.1.2** Providenciar a troca, às suas expensas, de equipamento entregue com defeito de fabricação e que não corresponda às especificações solicitadas;
- 7.1.3** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo, não implicando em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos;
- 7.1.4** Responder por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes, descarregamento e demais encargos que venham incidir na entrega dos produtos;
- 7.1.5** Acatar as exigências da Fiscalização da PGE-RJ quanto à entrega dos produtos, principalmente no que diz respeito a horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências.

8- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 8.1.1** Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas.
- 8.1.2** Exercer a fiscalização da contratação.
- 8.1.1** Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, nas formas definidas no item 5.

9 - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO:

9.1 Da Fiscalização

- 9.1.1** Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- 9.1.2** Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.
- 9.1.3** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante o recebimento do material não poderá ser invocada para eximir a **CONTRATADA** da responsabilidade por seu fornecimento.
- 9.1.4** A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:
 - a)** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à verificação da compatibilidade do item fornecido com o contido neste Termo;
 - b)** Aprovar o objeto fornecido, verificar, conferir, certificar e encaminhar para pagamento a fatura emitida pela **CONTRATADA**; e
 - c)** Relatar à **CONTRATADA** para análise de possível substituição, no caso de incompatibilidade do material fornecido.
- 9.1.5** A fiscalização do recebimento e acautelamento do objeto do presente Termo será exercida pela Assessoria de Bens Patrimoniais e Almoxarifado.

9.2 Da Gestão

- 9.2.1** A gestão da Contratação controlará a execução do objeto, bem como suas etapas e demais prazos estipulados para fornecimento do objeto.
- 9.2.2** Caberá também à gestão da contratação o controle atualizado do pagamento à **CONTRATADA**.
- 9.2.3** A gestão da Contratação originado pelo presente Termo será exercida pela Gerência de Bens e Serviços.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

| Programa de Trabalho | Natureza de Despesa | Fonte de Recurso |
|---|--|----------------------------|
| 09610.1.03.122.0434.1046 Ampliação e Modernização da Infraestrutura | 4.4.90.52.06 Aparelhos e Utensílios Domésticos | 1.501.230/1.753.232 |

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

11.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a retirada da Nota de Empenho.

11.2 No caso de o licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado, ou caso verificada pela Procuradoria Geral do Estado a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

11.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período do adimplemento.

11.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos fiscais da PGE.

11.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

11.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

11.6 O pagamento será realizado à vista, após a entrega dos materiais e da sua aceitação pelos fiscais da PGE; considera-se pagamento à vista aquele realizado no prazo informado no item 11.3.

11.7 A contratada deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

12 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1 Para o julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

13 - DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

13.1 Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de CONSÓRCIO, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade.

14 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.1 Não será exigida qualificação técnica para o fornecimento do objeto.

15 - DA GARANTIA CONTRATUAL:

15.1 Não será exigida garantia contratual para o fornecimento do objeto.

16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

16.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da Nota de Empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da contratação pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Antes de apresentar a proposta, o licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade;

17.2 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento;

17.3 Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

17.4 Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital.

17.5 Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada no produto em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Termo de Referência, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo fornecimento dos bens adquiridos.

ANEXO I - MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

DETALHAMENTO

Processo: _____

Órgão: _____ CNPJ _____

Nota de Empenho: _____

FORNECEDOR

Nome da empresa: _____

telefone: _____

mail: _____

OBJETO

Descrição detalhada do objeto

| Item | Descrição do objeto | Unidade | Quantidade |
|------|------------------------|---------|------------|
| 1 | Descrição detalhada | | |

ENTREGA

Prazo: xx dias úteis contados da emissão desta Autorização.

Local: Edifício-Sede da PGE-RJ na Rua do Carmo, nº 27, 11º andar – Bairro Centro, Rio de Janeiro, RJ.

A entrega requer agendamento obrigatório por e-mail: almoxarifado@pge.rj.gov.br (Informar veículo, placa e condutor).

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2023.

ANEXO II - ALOCAÇÃO DE MATERIAIS

| LOCAL | QUANTIDADE |
|-------|------------|
|-------|------------|

| LOCAL | QUANTIDADE |
|------------------------------|------------|
| Ed. Sede Térreo | 1 |
| Ed. Sede 2º andar | 1 |
| Ed. Sede 3º andar | 1 |
| Ed. Sede 4º andar | 1 |
| Ed. Sede 5º andar | 1 |
| Ed. Sede 6º andar | 1 |
| Ed. Sede 7º andar | 1 |
| Ed. Sede 8º andar | 1 |
| Ed. Sede 9º andar | 1 |
| Ed. Sede 10º andar | 1 |
| Ed. Sede 11º andar | 1 |
| Ed. Sede 12º andar | 1 |
| Ed. Sede 13º andar | 1 |
| Ed. Sede 14º andar | 1 |
| 5ª PR | 1 |
| 6ª PR | 1 |
| 7ª PR | 1 |
| Centro Cultural da PGE | 2 |
| Patrimônio | 5 |
| TOTAL | 24 |

ANEXO III - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

| Item | Descrição do Objeto | Quantid. | V. Unit. (R\$) | V. Total (R\$) |
|------|--|----------|-------------------|-------------------|
| 1 | Forno Micro-ondas. Funções Básicas: DESCONGELAMENTO AUTOMATICO, TIMER | 24 | | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| SONORO, TRAVA SEGURANCA, Capacidade: 30 l, Potência: N/D, Tensão: 127 V, Acabamento: BRANCO ID SIGA: 57168 | | | |
|---|--|--|--|

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Víctor Henrique França e Silva, Técnico Processual**, em 06/07/2023, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira Benedito, Analista Administrador**, em 07/07/2023, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **55322824** e o código CRC **CF4CB4D9**.

Referência: Processo nº SEI-140001/008978/2023

SEI nº 55322824

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-7316 - <https://www.pge.rj.gov.br/>